

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE GUIMARÃES

Anexo

31-12-2016

1 Identificação da Entidade

A “SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE GUIMARÃES”, instituída no ano de 1511 é uma associação de fiéis, constituída na ordem jurídica canónica. Está reconhecida como Instituição Privada de Solidariedade Social, com sede em Rua da Rainha D. Maria II, nº 48 2º. Tem como objectivo satisfazer carências sociais e praticar actos de culto católico para que possa prosseguir os seguintes objectivos:

- Assistência Social
 - Apoio `a terceira idade
 - Lares residenciais
 - Lar Rainha D. Leonor
 - Centro de Solidariedade Humana Prof. Emídio Guerreiro
 - Lar S. Paio
 - Casa de Repouso de Donim
 - Recolhimento
 - Trinas
 - Apoio Domiciliário
 - Casa de Repouso de Donim
 - Centro de Dia
 - Casa de Repouso de Donim
 - Apoio à comunidade
 - Habitações Sociais
 - Cantina Social
 - Apoio `a deficiência
 - Lar Residencial Alecrim
 - Centro de Actividades Ocupacionais
- Apoio à saúde
 - Unidade de Cuidados continuados
- Apoio à cultura e culto
 - Percurso Museológico no Convento de Santo António dos Capuchos
 - Bibliotecas
 - Igrejas e Capelas

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

2.1 Em 2016 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de Março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de Julho ;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015 de 29 de Julho;
- Normas Interpretativas (NI)

2.2 Não existem contas de Balanço ou de Demonstração de resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com as do exercício anterior.

3 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

Foram respeitados e seguidos os seguintes princípios:

3.1.1 Continuidade

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da actividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2 Regime do Acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transacções e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos

e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.3 Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, excepto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4 Materialidade e Agregação

A relevância da informação é afectada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5 Compensação

Devido à importância dos activos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.2 Futuro e incertezas

Dada a expectativa de continuidade dos serviços da Santa Casa de Misericórdia de Guimarães e considerando a sua procura crescente mantém-se o mesmo cenário positivo e não se antevêm factores de incerteza quanto às estimativas.

3.3 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

As bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras serão especificadas nos parágrafos seguintes item a item.

4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5 Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

5.1 Bens do património histórico, artístico e cultural

Aos bens do património histórico, artístico e cultural foi atribuído, à data de registo inicial para efeitos de contabilização (1990) um valor que se presumiu ser de mercado e que foi anulado por igual valor de depreciações acumuladas.

Bens imóveis

Todas as aquisições e benfeitorias dos bens imóveis do património histórico, artístico e cultural são mensurados na base dos princípios gerais.

Os bens que foram atribuídos à entidade a título gratuito encontram-se mensurados aos valores registados em escritura de doação.

Bens móveis

Relativamente aos bens móveis (obras de arte) não temos inventariação, registo e mensuração devidas.

Deste grupo de ativos no período de 2015 e 2016, ocorreram os seguintes movimentos:

Bens do património histórico e artístico e cultural

Descrição	2015					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
Custo						
Bens Imóveis	249.398,95					249.398,95
Bibliotecas	49.879,79					49.879,79
Museus	356.705,01					356.705,01
Bens móveis	208.059,69	19.044,99				227.109,68
Total	864.043,44	19.044,99	0,00	0,00	0,00	883.093,43

Descrição	2016					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
Custo						
Bens Imóveis	249.398,95					249.398,95
Bibliotecas	49.879,79					49.879,79
Museus	356.705,01					356.705,01
Bens móveis	227.109,68					227.109,68
Total	864.043,44	0,00	0,00	0,00	0,00	883.093,43

Depreciações acumuladas

Descrição	2015					Saldo final
	Saldo inicial	Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
Bens Imóveis	249.398,95					249.398,95
Bibliotecas	49.879,79					49.879,79
Museus	42.804,60	7.134,10				49.938,70
Bens móveis	189.996,20	1.997,41				191.993,62
Total	532.079,54	9.131,51	0,00	0,00	0,00	541.211,06

Descrição	2016					
	Saldo inicial	Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Bens Imóveis	249.398,95					249.398,95
Bibliotecas	49.879,79					49.879,79
Museus	49.938,70	7.134,10				57.072,80
Bens móveis	191.993,62	3.584,26		0,01		195.577,88
Total	541.211,06	10.718,36	0,00	0,01	0,00	551.929,42

Valores líquidos

Descrição	2015	2016
Bens Imóveis	0,00	0,00
Bibliotecas	0,00	0,00
Museus	306.766,31	299.632,21
Bens móveis	35.116,06	31.531,80
Total	341.882,37	331.164,01

5.2 Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2015 e de 2016, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Activos fixos tangíveis	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções		Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros Activos Fixos Tangíveis	Equipamentos biológicos	Activos fixos tangíveis em curso	Totais	
		Terrenos	Edifícios								
Em 01.01.2015	Quantias brutas escrituradas	0,00	0,00	8.353.884,51	1.068.645,75	190.720,78	508.018,74	264.838,29	0,00	5.024,77	10.391.132,84
	Depreciações acumuladas	0,00	0,00	4.371.898,65	921.613,09	175.661,75	477.757,39	245.024,06	0,00	0,00	6.191.954,94
	Quantias líquidas escrituradas	0,00	0,00	3.981.985,86	147.032,66	15.059,03	30.261,35	19.814,23	0,00	5.024,77	4.199.177,90
Adições				131.300,06	23.871,78		50.421,12	11.816,81		19.273,71	236.683,48
Transferências											0,00
Alienações, sinistros e abates											0,00
Outras alterações											0,00
Transferências de depreciações					(139,92)		(19,20)	(0,01)			(159,13)
Abates de depreciações											0,00
Depreciações				124.453,07	59.529,36	7.150,30	22.314,57	8.110,81			221.558,11
Em 31.12.2015 (01.01.2016)	Quantias brutas escrituradas	0,00	0,00	8.485.184,57	1.092.517,53	190.720,78	558.439,86	276.655,10	0,00	24.298,48	10.627.816,32
	Depreciações acumuladas	0,00	0,00	4.496.351,72	981.002,53	182.812,05	500.052,76	253.134,86	0,00	0,00	6.413.353,92
	Quantias líquidas escrituradas	0,00	0,00	3.988.832,85	111.515,00	7.908,73	58.387,10	23.520,24	0,00	24.298,48	4.214.462,40
Adições				5.948,28	2.139,22					41.055,02	49.142,52
Transferências		266.623,44		6.672.876,73						(48.824,23)	6.890.675,94
Alienações, sinistros e abates											0,00
Outras alterações											0,00
Transferências de depreciações		266.623,44		6.495.851,26							6.762.474,70
Abates de depreciações											0,00
Depreciações				130.983,40	61.212,38	5.958,63	22.243,55	7.864,03			228.261,99
Em 31.12.2016	Quantias brutas escrituradas	266.623,44	0,00	15.164.009,58	1.094.656,75	190.720,78	558.439,86	276.655,10	0,00	16.529,27	17.567.634,78
	Depreciações acumuladas	266.623,44	0,00	11.123.186,38	1.042.214,91	188.770,68	522.296,31	260.998,89	0,00	0,00	13.404.090,61
	Quantias líquidas escrituradas	0,00	0,00	4.040.823,20	52.441,84	1.950,10	36.143,55	15.656,21	0,00	16.529,27	4.163.544,17

Em garantia do bom, integral e tempestivo pagamento de todas e quaisquer uma das obrigações ou responsabilidades assumidas pela SCMG perante o Barclays (atual Bankinter) decorrentes do contrato de mútuo realizado a 17/08/2010 e no montante de 1.650.000 € (Um milhão seiscentos e cinquenta mil euros) foi constituída a favor do banco uma hipoteca sobre a parte do imóvel identificado como Hospital que foi intervencionada para instalação da UCC (unidade de cuidados continuados) . A dívida atual é de 688.396,03 € (seiscentos e oitenta e oito mil trezentos e noventa e seis euros e três cêntimos) e o mútuo termina a 17/08/2022.

5.3 Propriedades de Investimento

As propriedades de investimento são registadas pelo custo de aquisição ou na sua ausência pelo justo valor determinado por avaliação efetuada por entidade especializada independente.

Na sequência da publicação do Decreto – Lei nº 98/2015 de 2 de junho as propriedades de investimento (terrenos e edifícios) são reconhecidas como ativos fixos tangíveis, pelo que em 2016 se procedeu à sua reclassificação.

No que concerne às “Propriedades de Investimento” os movimentos ocorridos, nos períodos de 2015 e 2016, foram os seguintes:

Propriedades de investimento		Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções			Totais
			Terrenos	Edifícios	Edifícios em curso	
Em 01.01.2015	Quantias brutas escrituradas	266.623,44	0,00	6.589.582,50	0,00	6.856.205,94
	Depreciações acumuladas	266.623,44	0,00	6.493.125,79	0,00	6.759.749,23
	Quantias líquidas escrituradas	0,00	0,00	96.456,71		96.456,71
Adições				138.127,50		138.127,50
Transferências						0,00
Alienações, sinistros e abates				(103.657,50)		(103.657,50)
Outras alterações						0,00
Abates de depreciações						0,00
Transferências depreciações						0,00
Depreciações				2.725,47		2.725,47
Em 31.12.2015 (01.01.2016)	Quantias brutas escrituradas	266.623,44	0,00	6.624.052,50	0,00	6.890.675,94
	Depreciações acumuladas	266.623,44	0,00	6.495.851,26	0,00	6.762.474,70
	Quantias líquidas escrituradas	0,00	0,00	128.201,24	0,00	128.201,24
Adições						0,00
Transferências		(266.623,44)		(6.624.052,50)		(6.890.675,94)
Alienações, sinistros e abates						0,00
Outras alterações						0,00
Transferências de depreciações		(266.623,44)		(6.495.851,26)		(6.762.474,70)
Abates de depreciações						0,00
Depreciações						0,00
Em 31.12.2016	Quantias brutas escrituradas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Depreciações acumuladas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Quantias líquidas escrituradas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

6 Ativos Intangíveis

Outros Ativos Intangíveis

Os activos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas.

Os activos intangíveis têm vida finita, pelo que as taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Projectos de Desenvolvimento	5
Programas de Computador	3

O valor residual de um “Ativo Intangível” com vida útil finita é assumido como sendo zero.

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2015 e de 2016, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	2015					
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Projetos de Desenvolvimento	316.735,09					316.735,09
Programas de Computador	6.699,74	3.365,28				10.065,02
Total	323.434,83	3.365,28	0,00	0,00	0,00	326.800,11
Depreciações acumuladas						
Projectos de Desenvolvimento	137.741,35	31.673,51				169.414,86
Programas de Computador	6.069,41	886,26				6.955,67
Total	143.810,76	32.559,77	0,00	0,00	0,00	176.370,53
Descrição	2016					
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Projetos de Desenvolvimento	316.735,09					316.735,09
Programas de Computador	10065,02	448,11				10.513,13
Total	326.800,11	448,11	0,00	0,00	0,00	327.248,22
Depreciações acumuladas						
Projetos de Desenvolvimento	169.414,86	31.673,51				201.088,37
Programas de Computador	6.955,67	1482,23				8.437,90
Total	176.370,53	33.155,74	0,00	0,00	0,00	209.526,27

Valores líquidos - 2015	179.624,07
Valores líquidos - 2016	150.429,58

150.429,58
117.721,95

7 Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

8 Inventários

Os “Inventários” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. A Entidade adopta como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado.

Em 31 de Dezembro de 2015 e de 2016 a rubrica “Inventários” apresentava os seguintes valores:

Descrição	Inventario 01 Janeiro	Compras	Reclassif.e regularizaç.	Inventário 31 Dezembro	Consumos
Em 2015					
Mercadorias	3.073,19	60.425,18	(63.498,37)	0,00	0,00
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	0,00	102.438,56	3.300,57	286,91	105.452,22
Em 2016					
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	286,91	26.284,85	132,48	145,80	26.558,44

9 Rédito

O rédito é reconhecido no momento da prestação e pelo seu contravalor.

Para os períodos de 2015 e 2016 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2015	2016
Vendas	0,00	0,00
Prestação de Serviços	2.238.744,77	2.332.013,07
Quotas dos utilizadores	1.503.082,47	1.512.168,50
Quotas e joias	35.600,00	125.050,00
Serv.sec e outros serviços	700.062,30	694.794,57
Total	2.238.744,77	2.332.013,07

10 Subsídios do Governo e apoios do Governo

A entidade auferiu subsídios do governo ao investimento e à exploração.

Os subsídios ao investimento foram recebidos a fundo perdido e de acordo com as normas da NCRF- ESNL foram contabilizados em fundos patrimoniais sendo reconhecidos em proveitos numa base sistemática correspondente às depreciações dos bens do Ativo Fixo Tangível subsidiados. Os registos contabilísticos em 2015 e 2016 foram os seguintes:

Descrição	2015				
	Saldo Inicial	Recebimentos	Regularizações	Reconhecimento anual	Saldo final
Subsídios para investimento					
PIDACC					
Lar Emídio Guerreiro	206.770,93			6.670,02	200.100,91
Lar Donim	146.871,06			4.895,70	141.975,36
Câmara Municipal Guimarães					
Lar Emídio Guerreiro	43.014,42			1.386,76	41.627,66
Largo da Igreja Capuchos	24.624,00			1.296,00	23.328,00
Professor Emídio Guerreiro					
Lar Emídio Guerreiro	70.029,07			1.945,31	68.083,76
Programa Modelar - ARS Norte					
UCC - Unidade Cuidados continuados	557.121,92			46.734,29	510.387,63
FEDER					
Poc - Programa oper. Cultura					
Percurso Museológico	184.427,45			7.213,85	177.213,60
TOTAL	1.232.858,85	0,00	0,00	70.141,93	1.162.716,92
Descrição	2016				
	Saldo Inicial	Recebimentos	Regularizações	Reconhecimento anual	Saldo final
Subsídios para investimento					
PIDACC					
Lar Emídio Guerreiro	200.100,91			6.670,02	193.430,89
Lar Donim	141.975,36			4.895,70	137.079,66
Câmara Municipal Guimarães					
Lar Emídio Guerreiro	41.627,66			1.386,76	40.240,90
Largo da Igreja Capuchos	23.328,00			1.296,00	22.032,00
Professor Emídio Guerreiro					
Lar Emídio Guerreiro	68.083,76			1.945,31	66.138,45
Programa Modelar - ARS Norte					
UCC - Unidade Cuidados continuados	510.387,63			46.442,91	463.944,72
FEDER					
Poc - Programa oper. Cultura					
Percurso Museológico	177.213,60			7.213,85	169.999,75
TOTAL	1.162.716,92	0,00	0,00	69.850,55	1.092.866,37

Os subsídios à exploração são directamente lançados em resultados à medida que são recebidos. Existem três tipos:

Subsídios de acordos com IEFP para estágios profissionais.

Subsídios contratualizados no âmbito de acordos com o Instituto de Segurança Social para apoio aos serviços prestados na assistência à invalidez e reabilitação, à 3ª idade e cantina social.

Subsídio contratualizado no âmbito de acordos com o Instituto de Segurança Social e ARS na assistência medicamentosa nos serviços prestados em cuidados continuados.

Foram os seguintes os valores globais recebidos em 2015 e 2016:

Subsídios	2015	2016
Subsídios do Governo		
ISS, IP - Centro Distrital		
Invalidez e reabilitação	139.904,67	145.732,00
Terceira idade	790.867,05	799.299,35
Cantina social	69.172,50	71.612,50
Unidade Cuidados Continuados - (Fraldas)	15.173,88	15.379,72
Formação		
POPH	0,00	
IEFP e OUTROS	46.550,24	29.076,28
ARS		
Unidade Cuidados Continuados (medicamentos)	122.150,00	123.810,00
Câmara Municipal Guimarães		22.460,00
Outros (SAD/GNR)		
Unidade Cuidados Continuados (medicamentos)	0,00	105,00
Total	1.183.818,34	1.207.474,85

11 Instrumentos/investimentos financeiros

Os activos financeiros tanto activos como passivos são contabilizados ao custo contratado, à excepção de participações em entidades cotadas no mercado de valores que são valorizados ao justo valor.

Assim:

11.1 Instrumentos financeiros mensurados ao justo valor:

Quantidade	Título	Descrição	2015	2016
26	Acções	Real Companhia Velha	129,69	129,60
20	Acções	Cotapo	99,80	99,80
1555	Acções	EDP	5.164,16	4.500,17
484	Acções	BCP	23,67	6,43
150	Acções	SAG	16,95	12,45
		Total	5.434,27	4.748,45

11.2 Investimentos financeiros:

Ao custo:

Quantidade	Título	Descrição	2015	2016
20	Acções	Turipenha - Coop. Turismo	10.000,00	10.000,00
3	Acções	TVI	3,00	3,00
	Fundos	Fundo compensação trabalho(FCT)	3.690,29	5.180,26
		Total	13.693,29	15.183,26

Ao justo valor:

Quantidade	Título	Descrição	2015	2016
92	Acções	SPE	92,00	92,00
598	Obrigações	Consolidado / 1943	377,78	392,88
104748	Obrigações	Consolidado / 1943	649,44	686,10
	Certificados	Certificados da dívida pública		3.306,24
		Total	1.119,22	4.477,22

12 Benefícios dos empregados

Os órgãos diretivos da Entidade não auferem qualquer remuneração, de acordo com os estatutos e legislação aplicável às IPSS.

Outro pessoal chave na gestão:

Pessoal chave na gestão da entidade	2015	2016
Remunerações brutas anuais	28.364,00	28,417,00

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2016 foi de 201 e em 31/12/2015 foi de 228.

Descrição	2015	2016
Remunerações ao pessoal	2.026.782,35	1.993.132,12
Remunerações ao pessoal-certas	1.809.619,65	1.759.308,29
Remunerações ao pessoal-adicionais	217.162,70	233.823,83
Subsídio alimentação €	72.859,50	116.736,50
Horas extraordinárias	10.108,43	4.438,20
Complemento trabalho noturno	56.265,75	65.847,87
Abono para falhas	297,00	324,00
Remuneração feriados	46.038,41	14.407,84
Subsídio alimentação espécie	31.593,61	32.069,42
Indemnizações	0,00	2.116,01
Encargos sobre as Remunerações	353.490,57	395.936,08
Seguros acidentes no trabalho e doenças profissionais	19.236,58	17.257,80
Gastos de acção social	2.728,82	0,00
Outros gastos com o pessoal	51.306,92	20.773,62
Contrato emprego inserção	2.379,07	0,00
Formação profissional - bolsa estágio	28.523,53	11.430,11
Medicina trabalho	7.770,00	7.350,00
Formação externa	5.141,40	180,00
Outros custos	7.492,92	1.813,51
Total	2.453.545,24	2.429.215,63

A contínua reorganização do orgânico de acordo com as exigências das entidades de supervisão, as atualizações salariais e o aumento da taxa da segurança social única justificam os valores contabilizados em 2016.

13 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Os honorários faturados pelo Revisor Oficial de Contas, para 2015 foi de 3.690 € sendo o mesmo valor para o ano 2016.

14 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

14.1 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2015 e de 2016, foi a seguinte:

Descrição	2015	2016
Subcontratos	383.183,48	433.609,49
Serviços especializados	482.978,12	309.018,21
Materiais	93.433,97	60.661,64
Energia e fluídos	479.452,28	398.213,61
Deslocações , estadas e trnsportes	11.525,90	11.194,99
Serviços diversos	336.783,77	265.102,87
Total	1.787.357,52	1.477.800,81

14.2 Outros rendimentos

A rubrica de “Outros rendimentos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2015	2016
Rendimentos suplementares	149,66	14.181,01
Rendimentos em investimentos não financeiros	808.272,74	582.050,44
Outros rendimentos	284.696,88	237.858,53
Total	1.093.119,28	834.089,98

14.3 Outros gastos

A rubrica de “Outros gastos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2015	2016
Impostos	15.684,58	2.738,30
Perdas em inventários	0,08	0,00
Outros gastos	134.940,44	61.783,81
Total	150.625,10	64.522,11

14.4 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2015 e 2016 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2015	2016
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	17.637,57	12.766,61
Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	0,00
Outros gastos e perdas de financiamento	0,00	21,26
Total	17.637,57	12.787,87
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	382,43	145,33
Dividendos obtidos	0,00	279,94
Outros Rendimentos similares	0,00	0,00
Total	382,43	425,27
Resultados Financeiros	-17.255,14	-12.362,60

14.5 Acontecimentos após a data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2016.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos susceptíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de Dezembro de 2016 foram aprovadas pela Mesa Administrativa.

Guimarães, 07 Março de 2017